

## **Tendências do mercado bancário brasileiro a partir dos anos 2000**

Heldo Siqueira da Silva Junior<sup>1</sup>

### **Resumo**

Com a implantação do Plano Real, em meados da década de 1990, houve modificações severas no setor financeiro. Algumas das soluções implementadas representaram um aumento da concentração no setor, com as instituições maiores incorporando as menores. A década seguinte apresentou a consolidação do modelo. O artigo busca entender como esse processo se apresenta a partir dos anos 2000 em termos da concentração do setor bancário. A desconcentração inicial do Mercado, seguida de uma nova concentração a partir de 2002, passando pela crise de 2008 e o papel das instituições federais.

### **Abstract**

Concomitant to the Real Plan, there was a weakening of the banking sector. Modernization policies represented an increase of concentration, with the largest institutions incorporating smaller ones in the late 1990s. The next decade saw the consolidation of the model. The article seeks to understand how this process took place from 2000 regarding the degree of concentration of bank financing. The initial deconcentration of the market is followed by a new influx of concentration from mid-2001. With the economic crisis of 2008, federal institutions reassumetheir role as largest funders.

**Keywords:** Monetary policy, state Banks, Market concentration, financial concentration, Gini coefficient

**JEL classification:** D43; E42; E51; G21; H81.

---

<sup>1</sup> Mestre em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo e professor da Universidade Cândido Mendes de Vitória

## **Introdução**

O Plano Real representou um avanço substancial na política econômica nacional no que se refere ao combate à inflação. Mesmo assim, trouxe como efeito colateral uma desconfiança sobre a solvência do sistema bancário, que perdia as receitas inflacionárias. Na busca por apresentar alternativas que minimizassem suas fragilidades, a segunda metade da década de 1990 é marcada por uma série de medidas no sentido de modernizá-lo. Entre os objetivos da intervenção estavam a desestatização, a internacionalização e aumento da concentração, melhorando a capacidade das instituições.

A descrição dessas medidas e do arcabouço resultante constitui a primeira parte do artigo. Trata-se de um levantamento sobre como os autores que se propuseram a estudar o tema o retrataram. Além disso, houve um levantamento sucinto de algumas análises sobre o tema. Posteriormente foi realizado um diagnóstico da trajetória de concentração dos financiamentos no setor bancário com caracterização de suas modalidades. Escolheu-se, entre as operações de crédito, os financiamentos por se tratarem de crédito com finalidade definida, que entende-se retratar melhor a estratégia das firmas.

Utilizou-se o coeficiente de Gini para entender a trajetória de concentração das modalidades de financiamento e do volume de financiamento em geral. O passo seguinte foi tentar identificar as fontes da trajetória que se identificou. Separou-se as instituições em três grupos, dos principais bancos federais, dos principais bancos privados e os outros, para tentar achar a influência de suas estratégias no setor. A última parte do artigo apresenta as conclusões a que se chegou. Além disso são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas.

## **Antecedentes da década de 2000 e trajetória do sistema bancário brasileiro até 2014**

Desde o Plano Real em 1994 até o início da década de 2000 o sistema bancário brasileiro passou por profundas modificações. Diversas foram as motivações que levaram às reformas. Carvalho e Oliveira (2002) apontam que grandes instituições

financeiras brasileiras apresentaram fragilidades a partir da nova realidade econômica. As receitas inflacionárias diminuíram de 4% do PIB, em 1990, para 0,1%, em 1995 (CAMARGO, 2009). Para compensar o fim do período de inflação elevada houve uma ampliação da oferta de crédito, que parecia estar no âmago da questão. Os autores apresentam três fatores para essa modificação:

O primeiro era a queda da receita nas operações com títulos, decorrente da forte redução da dívida pública em mercado no Plano Collor, de março de 1990, e do fim das aplicações overnight no Plano Collor II, de janeiro de 1991. O segundo fator era o cenário econômico mais favorável, com a volta dos recursos externos em 1992 e a retomada do crescimento econômico. O terceiro era a perspectiva de queda da inflação, o que recomendava ampliar de imediato o crédito para não ter que fazê-lo sob as previsíveis restrições da fase inicial de um futuro programa de estabilização (CARVALHO e OLIVEIRA, 2002).

Assim, foram necessárias várias intervenções para garantir a solvência do sistema. Puga (1999) elencou uma série de alterações na legislação que permitiram a referida reforma. Até 1994 a atuação do Banco Central se preocupava mais em resgatar instituições em dificuldades do que preveni-las. A partir de então, em consonância com as regras do acordo de Basileia, a autoridade monetária brasileira passa a agir de maneira preventiva. Inicialmente se estabelece um limite mínimo de capital para constituição de bancos, além de aportes adicionais de acordo com o grau de risco dos ativos. As medidas provisórias 1.179 e 1.182, ambas de 1995, estabeleciam incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras e davam poderes para o Banco Central de exigir, nos casos de problema de liquidez, novo aporte de recursos, transferência de controle acionário ou a reorganização societária das mesmas.

No mesmo ano se instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) que estabelecia uma linha de assistência financeira especial de para a reestruturação societária das instituições, com recursos dos depósitos compulsórios. Além do Proer, em 1996, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), com o estímulo à privatização das firmas bancárias das unidades federativas, estabeleceram novas bases para a estrutura financeira que vigoraria no país. Entre 1996 e 2004, 14 instituições estaduais haviam sido extintas, 28 haviam sido

privatizadas e mais 21 haviam sido saneadas. Apenas quatro instituições não haviam sido incluídas no programa (SALVIANO JR, 2004). A quantidade de bancos estaduais após o programa reduziu-se de 37 em 1988 para 24, em 1998 (CORAZZA, 2001).

A reforma bancária empreendida foi no sentido de concentrar o setor. Modenesi (2007) lembra que

[...] é amplamente aceita a existência de *trade-off* entre grau de concentração e a estabilidade do sistema financeiro. Dessa forma, a organização do setor em estrutura de mercado de competição perfeita – ao aumentar a vulnerabilidade do sistema bancário a crises – não é necessariamente desejável. (MODENESI, 2007, p. 78)

Ou seja, o objetivo declarado de concentrar o setor durante a segunda metade dos anos 1990 teve como princípio científico a estabilização do sistema.

A outra modificação relevante se deu com a abertura do mercado bancário brasileiro às instituições estrangeiras. Um estudo do Ipea argumentou-se que

o Conselho Monetário Nacional (CMN) eliminou a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido para um banco nacional, conforme tornado público pela Resolução no 2.212, de 16 de novembro de 1995. Com esta resolução, o Brasil passou a praticar o tratamento nacional, aplicando aos bancos estrangeiros as mesmas regras em vigor para os bancos nacionais. A partir de então, o governo brasileiro desempenhou um papel ativo em prol da internacionalização do sistema bancário doméstico, por meio de alterações no marco regulatório e de medidas de política financeira (FREITAS, 2011, p. 33).

Ou seja, houve a identificação de uma política deliberada de internacionalização do setor. Como resultado dessa política, o número de bancos estrangeiros no país saiu de 40 em 1988, para 69 em 1994, chegando a 75 em 1998, sendo 16 filiais, 36 com controle e 23 com participação estrangeira (CAMARGO, 2009).

O quadro geral no final da década de 1990 foi o de redução do número de instituições públicas estaduais e a internacionalização do setor. Mesmo assim, esse mercado permaneceu com uma presença significativa de firmas públicas federais e participação estrangeira tímida em comparação com outros países da América Latina.

A reestruturação foi realizada concomitantemente ao processo de concentração do mercado. Na verdade, esse fenômeno aconteceu em vários países do mundo. Segundo Camargo (2009), entre 1980 e 1997 o número de instituições receptoras de depósitos nos Estados Unidos caiu de 36.109 para 22.140, nos países da Zona do Euro de 9.445 para 7.040, e no Reino Unido, Austrália e Canadá de 796 para 537, 812 para 344 e 1671 para 942, respectivamente. No caso do Japão, o país contava com 545 em 1980 e chegou a 1997 com 575, mas em 1990 chegou a ter 605 instituições.

O resultado do processo de concentração dos anos 1990 no Brasil é descrito por Rocha.

No período analisado, houve importante redução no número de instituições devido, inicialmente, aos problemas bancários de 1995 – 1996 e, posteriormente à reestruturação do setor, extinção de bancos públicos F&A (fusões e aquisições) e novas condições concorrenciais em ambiente de baixa inflação, liberalização e abertura. O total dos bancos considerados na amostra reduziu-se de 247, em 1994 para 189, em 2000. Nas mesmas datas, houve diminuição de 50% no número de bancos públicos e de 19,53% no de privados, para 173. Os grupos bancários, que por construção declinam mais acentuadamente que o total, passam de 243 para 152, reduzindo-se em mais de um terço. A amostra dos grupos bancários privados no final do período contava com 136 instituições, redução de 35,55% (ROCHA, 2001, p. 19).

Após essa reformulação do sistema financeiro, os 2000 marcaram a consolidação da nova estrutura. Autores que estudaram o sistema bancário do país no início da década mostram que o mercado brasileiro apresentava baixa concorrência entre as instituições em comparação com outros países. Em um artigo, Belaisch (2003) mostra características importantes dos bancos brasileiros. Segundo ela, as instituições brasileiras eram maiores que as de outros países da América Latina, como México e Argentina, o que as permitia comparar com a de outros países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e a Zona do Euro. Entretanto, as firmas brasileiras apresentavam uma proporção menor de empréstimos em relação ao conjunto de ativos que as dos países desenvolvidos. Trata-se de uma indicação de baixa eficiência do sistema brasileiro. Ao mesmo tempo, há a indicação de que as empresas brasileiras apresentam margens de lucro mais elevadas que as de outros

países. Além disso, a autora testa o comportamento dessas firmas no mercado brasileiro sob concorrência perfeita, oligopólio e monopólio, com resultados positivos para a organização oligopolista. Ou seja, o processo de consolidação do sistema financeiro brasileiro ao longo dos anos 2000 parte de um ambiente de alta rentabilidade e baixa competitividade entre as diversas instituições.

Um elemento que se observa a partir do início da década de 2000 é o refluxo do processo de internacionalização do setor. Freitas (2011) mostra que o número de instituições com filiais ou subsidiárias no Brasil e nacionais com participação estrangeira era de 63 em 1990 e de 64 em 2009. O auge do período foi em 2001, quando foram registradas 86 instituições em alguma dessas situações. Mesmo assim, enquanto em 1990, 31 das firmas eram nacionais com participação estrangeira, em 2009 eram apenas nove. No total de ativos do sistema financeiro, as instituições estrangeiras passaram de 7,1% do total em 1990 para 20,2% do total em 2007, tendo o registro também em 2001, com 29,9%. O aumento no percentual do ativo do sistema pode ser atribuído ao fato de que essas instituições passaram a atuar diretamente seja por filiais ou subsidiárias, enquanto no início da década de 1990 a maior parte do capital estrangeiro era de participação em bancos nacionais.

Outra análise de Freitas (2011) diz respeito às características do sistema bancário quanto ao caráter público ou privado das instituições. No caso brasileiro, em 2009, 12 das 158 instituições identificadas eram públicas, com participação no ativo de 28,4%. No sistema coreano, das 55 firmas, 5 eram públicas e o ativo delas representava 31,5% do total. Outra experiência apresentada foi a do México que, em 2009, não apresentava bancos públicos entre suas 49 firmas. Em comparação com a Índia, a influência do setor público no sistema bancário brasileiro também apresenta-se mais tímida. Segundo Santana (2011) no caso indiano houve uma diminuição do setor público, mas que passou de 84,4% do total de ativos em 1995 para 70,5% em 2007, ou seja, bem mais elevado que os casos brasileiro, coreano e mexicano. O autor argumenta que essa manutenção trouxe vantagens para a economia indiana. Para ele, “Enquanto a recapitalização bancária na Argentina custou 55% do PIB, na Coreia o custo foi de 35%, no Brasil atingiu 12,3%, enquanto na Índia implicou 1% do PIB (SANTANA, 2011, p. 49)”.

Um balanço sintético mostra que os movimentos ocorridos no sistema bancário brasileiro foram generalizados a diversos países do globo. Além disso, o Brasil apresenta-se em termos intermediários em relação à participação do setor público e do número de instituições. Em comparação com o restante da economia, o avanço do ativo dos bancos a partir de 2000 até o maio de 2014 foi de R\$ 5,661 trilhões para R\$ 37,077 trilhões, em um avanço de 554,9%, enquanto que a variação do PIB a preços de mercado do país foi, segundo dados do Ipeadata (2014), de R\$ 269,65 bilhões, no início de 2000, para R\$ 1,204 trilhões no primeiro trimestre de 2014, ou seja 346,53%. Em termos da rede de atendimento, o setor apresentava, em 2002, 27,2 mil unidades, das quais 17 mil eram agências e 10,1 mil postos de atendimento, passando para 21,3 mil agências e 13 mil postos de atendimento em 2011, totalizando 34,3 mil, o que representa um avanço de 26,10%. Entre o mesmo período, o número de indivíduos bancarizados no país saiu de 28 milhões para 54 milhões, ampliando-se em 92,86% (FEBRABAN, 2012), atingindo pouco mais de um quarto da população brasileira.

### **A evolução do setor bancário entre 2000 e 2014 a partir do número de instituições e coeficiente de gini dos volumes de crédito**

Após entender as práticas que levaram ao que se configura ao sistema bancário moderno, cabe entrar diretamente nas questões concernentes a avaliação do setor. O método mais usual para identificar a concentração de determinado mercado é analisar a evolução do número de firmas que dele participam. Como foi observado em diversos dos estudos, houve uma concentração deliberada, via incentivos para fusões e aquisições, no caso brasileiro.

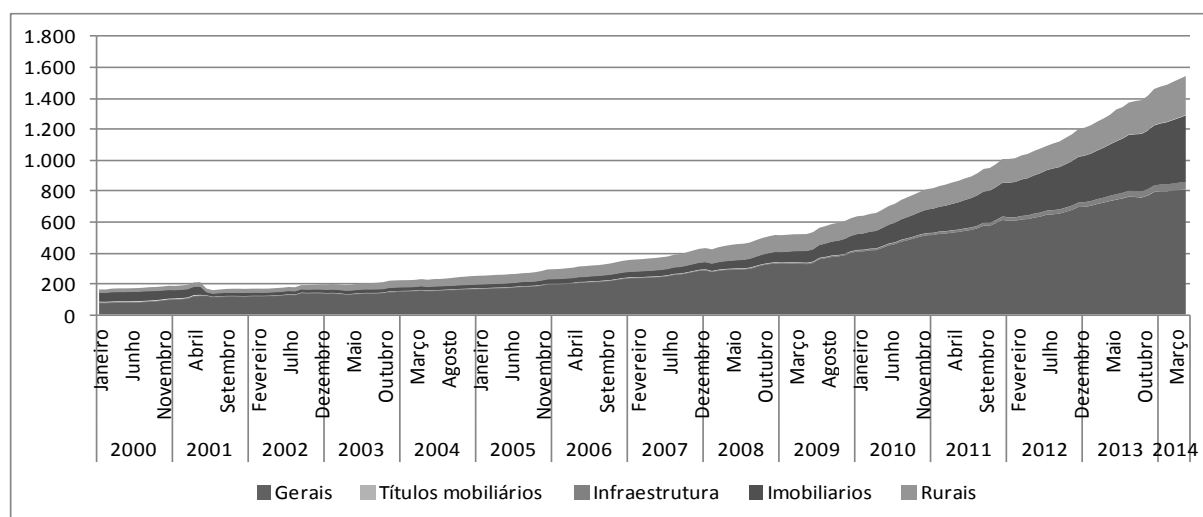
Outra forma usual de fazer essa avaliação utiliza o valor dos ativos das principais instituições. No estudo sobre a competição entre os bancos brasileiros, Belaisch (2003) faz uso dessa variável para interpretar que houve a concentração nesse mercado entre 1995, 1998 e 2001. Puga (1999) em seu trabalho sobre a reestruturação do sistema financeiro utiliza, além do ativo total, o volume dos depósitos, o crédito e o patrimônio líquido para analisar a concentração do setor.

As operações de crédito das instituições financeiras contabilizam os valores de intermediação financeira. Entre elas, os empréstimos “são as operações realizadas

sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos” e os financiamentos “são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, Circular nº 1.273, 29/12/1987, 1987)<sup>2</sup>. Além destas duas, os títulos descontados também compõe estas operações. Entende-se que o caráter específico da destinação de recursos via financiamento contribui para o entendimento da orientação do setor bancário, tendo sido escolhida por esse motivo.

Em uma análise mais específica, há destinação de cinco tipos de financiamentos: Gerais<sup>3</sup>; Títulos mobiliários; Infraestrutura; Imobiliários e Rurais. O gráfico 1 mostra a evolução dos volumes de financiamento entre Janeiro de 2000 e Maio de 2014.

Gráfico 1 – Evolução do volume de financiamentos entre 2000 e 2014 (R\$ Bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil, 2014 (elaboração própria).

A primeira questão a ser abordada é todos os tipos de financiamentos tiveram ampliação no período. Mesmo assim, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu 346,53% entre o primeiro trimestre de 2000 e o mesmo período de 2014, o volume de financiamentos variou em 963,15% no caso dos gerais, 732,46% para

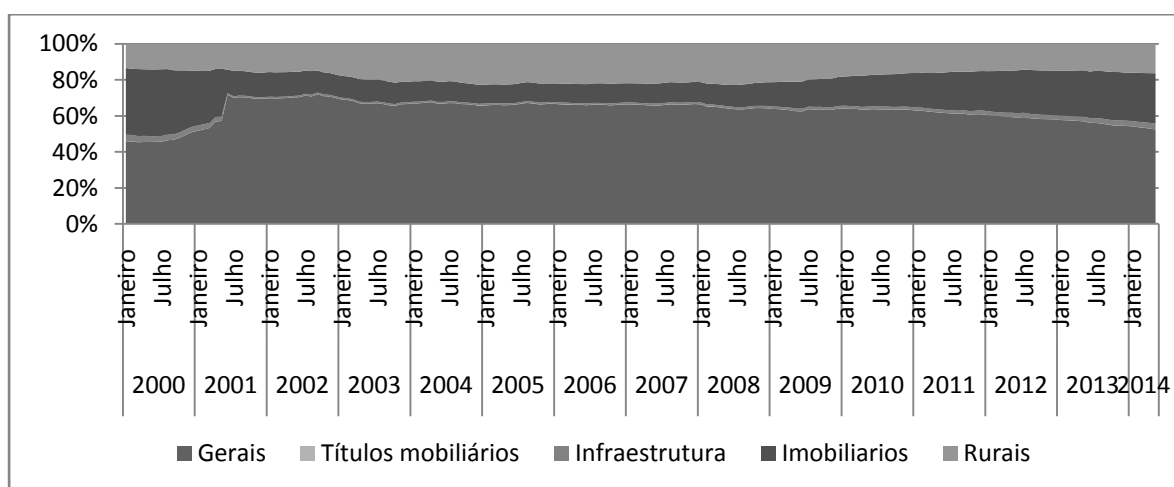
<sup>2</sup> São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes e são exemplos os financiamentos de parques industriais, máquinas e equipamentos, bens de consumo durável, rurais e imobiliários (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1987).

<sup>3</sup> Uma classificação pormenorizada destes financiamentos elenca: Financiamentos a agentes financeiros; Financiamento à exportação; Financiamentos em moeda estrangeira; Financiamentos com interveniência; Refinanciamento de arrendamento mercantil; e Refinanciamento de operações com o governo.



infraestrutura, 490,94% em títulos mobiliários, 601,53% os imobiliários e 1.028,19 os rurais. Em termos percentuais em relação ao total, os financiamentos gerais eram 45,87% passando para 52,46%, para infraestrutura diminuiu de 3,62% para 3,24%, os imobiliários variaram negativamente de 37,01% para 27,93% e os Rurais ampliaram-se de 13,47% para 16,35% no período. O volume de financiamentos para títulos mobiliários passa de 0,03% para 0,02%, por isso é quase imperceptível no gráfico. O gráfico 2 mostra a trajetória dessa variação.

Gráfico 2 – Proporção dos tipos de financiamento entre 2000 e 2014



Fonte: Banco Central do Brasil, 2014 (elaboração própria).

Analisando o gráfico, identifica-se que a proporção de financiamentos imobiliários tem uma diminuição significativa durante o ano de 2001. Esse fato aconteceu porque se observou uma retração de R\$ 33.280,55 mil no saldo de financiamentos imobiliários da Caixa Econômica Federal entre Maio e Junho daquele ano. Após esse período há uma recuperação paulatina de seu volume, que chegou a 10,30% em Dezembro de 2005, até os valores atuais. A proporção dos financiamentos rurais

elevou-se no período, chegando a 22,86% em junho de 2008. A partir daí o valor começa a oscilar em torno de 21% a 22%, começando a retrair-se em junho de 2009. No mês de maio de 2013, o percentual atinge 14,69%, quando há outra reversão até os atuais 16,34%. No caso dos financiamentos de infraestrutura, também apresentam uma forte retração entre Maio e Junho de 2001, saindo de 2,56% para 0,81% do total. A proporção dessa modalidade varia entre esse valor e 1,00% até Abril de 2007, quando passa a ampliar-se até os níveis atuais.

Para analisar a concentração entre as diversas modalidades de financiamento, pode-se utilizar o número de instituições que oferece cada um dos tipos de crédito e o coeficiente de Gini das operações. Esse índice é utilizado em diversas áreas para auferir o grau de concentração de determinado recurso. Apresenta valores entre zero e um, de maneira que quanto mais próximo de zero, menos concentrado é o recurso sendo que um representa que apenas um dos indivíduos observados acumula todos os haveres em detrimento do restante. Annibal (2008) mostra que diversos autores indicam versões do índice para a análise do poder discriminante nas avaliações do risco de crédito. Outro autor que se utiliza dessa modelagem é Guimarães (2008) que faz um estudo equivalente para operações indiretas com garantia de fundo de aval.

No caso estudado, se quer entender qual a trajetória do coeficiente por tipo de financiamento. Em termos dos financiamentos gerais, observou-se no gráfico 3 uma oscilação para baixo pequena entre Janeiro de 2000, quando era 0,87, para 0,84, entre Julho de 2001 e o mesmo mês de 2002. A partir de então o grau de concentração ampliou-se até Maio de 2014 quando chegou a 0,91. Quanto ao número de instituições, diminuiu no período analisado inteiro, saindo de 162 para 114.

O gráfico 4 mostra o que aconteceu no mercado de financiamentos para infraestrutura. A tendência de desconcentração também se observa inicialmente, entre Janeiro de 2000, quando o coeficiente de Gini apontou 0,85, para 0,62 em Abril de 2002. A partir de então, o índice passou a ampliar-se até Abril de 2010, para 0,86, apresentando queda a partir de então e até meados de 2011, quando chegou a 0,77, retornando a sua trajetória de alta até Maio de 2014, em 0,86. Quanto ao número de instituições apresentavam essa modalidade de financiamento, diminuem

de 12 para 7 em 2001, ampliando-se até 10 em 2004. Há outro recuo em 2010 e posterior aumento até 2014 quando retorna aos valores de 2004.

Os financiamentos para títulos mobiliários, descritos no gráfico 5, apresentam um comportamento um tanto errático. Pode-se atribuir essa trajetória aos baixos volumes desse tipo de recurso, de maneira que a entrada ou saída de uma firma representa um valor significativo. Trata-se também do tipo de financiamento que apresenta menor índice de concentração na maior parte do período estudado. No início do período apresentava 0,53, chegando a 0,58 em Maio de 2014. Durante o período chegou a 0,78 em Dezembro de 2004 e Abril de 2011, sendo também a modalidade de financiamento que atingiu o menor grau de concentração em Fevereiro de 2004, com 0,16. O mesmo comportamento repleto de oscilações acontece com o número de instituições. Em Janeiro de 2000 eram seis, chegando ao valor mínimo de 3 em Dezembro daquele ano. A maior quantidade de instituições se dá em Janeiro de 2008, com 11 e a série se fecha com 7 em Maio de 2014.

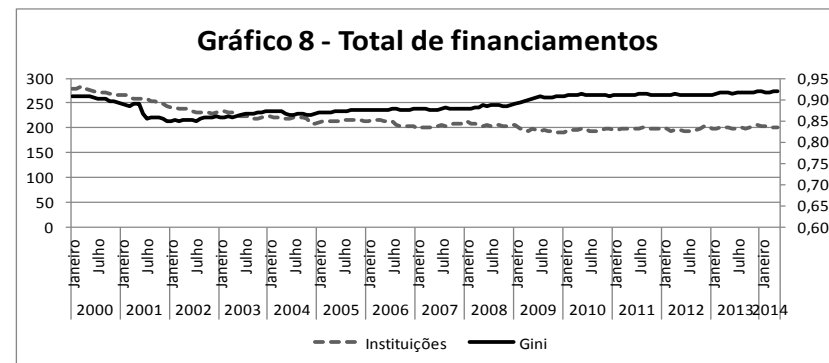
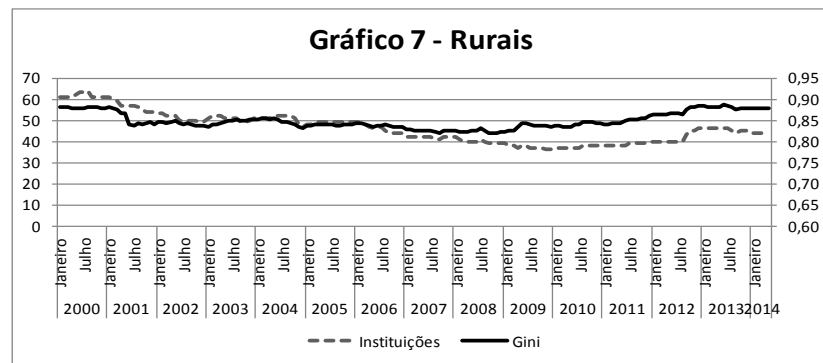
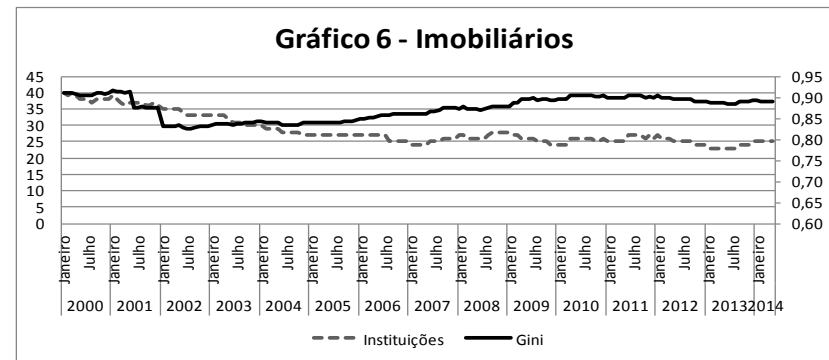
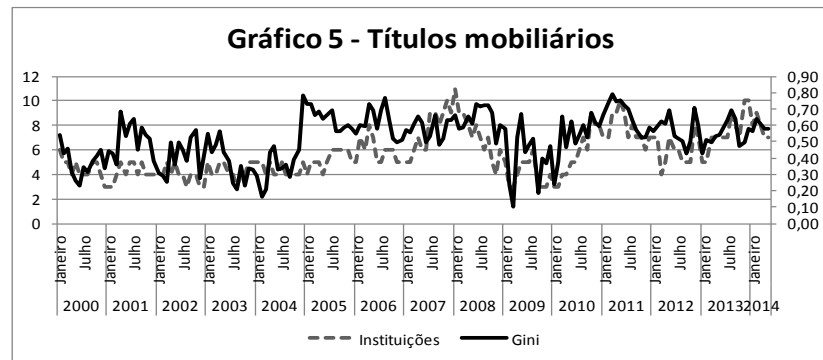
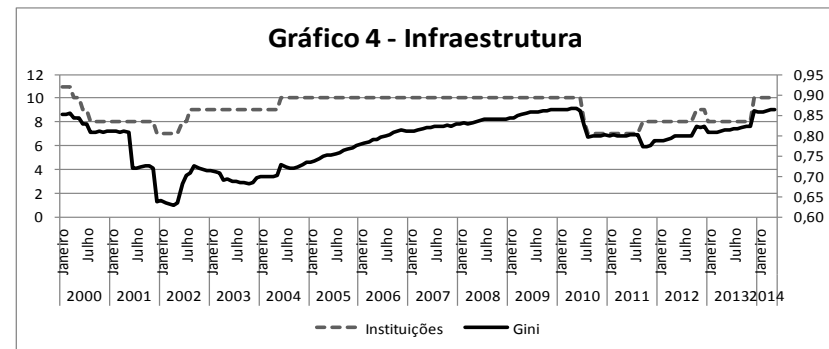
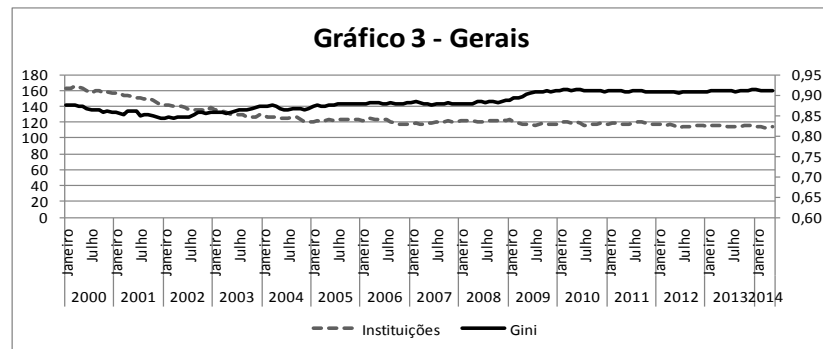
Outra modalidade de financiamentos analisada é para projetos imobiliários, apresentado no gráfico 6. Em Janeiro de 2000 o coeficiente de Gini desse tipo de crédito era de 0,91. A série aponta uma desconcentração até Junho de 2002, quando atinge 0,82. A partir de Outubro de 2002, o valor passa a se ampliar, passando a barreira dos 0,90 em Abril de 2010. Há uma oscilação pequena, sempre com valores acima deste até Fevereiro de 2011, quando o índice passa por outra leve queda, chegando a Maio de 2014 em 0,89, levemente a baixo do início da década de 2000. Quanto ao número de instituições que oferecem esse tipo de crédito, no começo da série eram 40, diminuindo paulatinamente para 24 em Janeiro de 2007. A partir de Maio do mesmo ano passa a se ampliar até 28 em Setembro de 2008. Em Janeiro de 2009 assume nova trajetória de queda, com tendência a oscilar entre 27 e 24. No mês de Fevereiro de 2013 atinge o menor valor da série, 23, chegando a 25 em Dezembro de 2013, número com o qual fecha a série em Maio de 2014.

A última modalidade de financiamentos estudada é a de rurais e agropecuários. Trata-se da série apresentada no gráfico 7. No início de 2000, o indicador de Gini desse tipo de financiamentos era 0,88, passando a regredir até 0,83 em Junho de 2001. A partir de então, o índice passou a oscilar entre 0,83 e 0,84 até Dezembro de

2006, quando abaixa para 0,82. Em Setembro de 2008 atinge o menor valor da série, 0,81, voltando a subir no mês seguinte até Agosto de 2013, quando chega em 0,88. Observa-se no momento posterior uma ligeira queda, chegando a Maio de 2014 em 0,87. Quanto ao número de instituições que fornecem esse tipo de financiamento, eram 61 em Janeiro de 2000, passando para 64 em Agosto daquele ano. A partir de então segue uma trajetória de queda até chegar em 36 em Novembro de 2006, passando a ampliar-se até 44 em Maio de 2014.

O gráfico 8 mostra o que aconteceu na soma de todos os financiamentos. Como o caso da maioria das operações, há uma tendência de queda da concentração no início da série, quando o índice de Gini passou de 0,90 em Janeiro de 2000 para 0,84 em Dezembro de 2001. A partir de então o coeficiente passa a elevar-se novamente, chegando a Maio de 2014 em perto de 0,92. Quanto ao número de instituições, inicia a série com 280, chegando ao nível mínimo em Novembro de 2009, com 190. No último mês observado apresentou a quantia de 200 instituições.

## Número de instituições e índice de Gini dos financiamentos entre os diversos segmentos



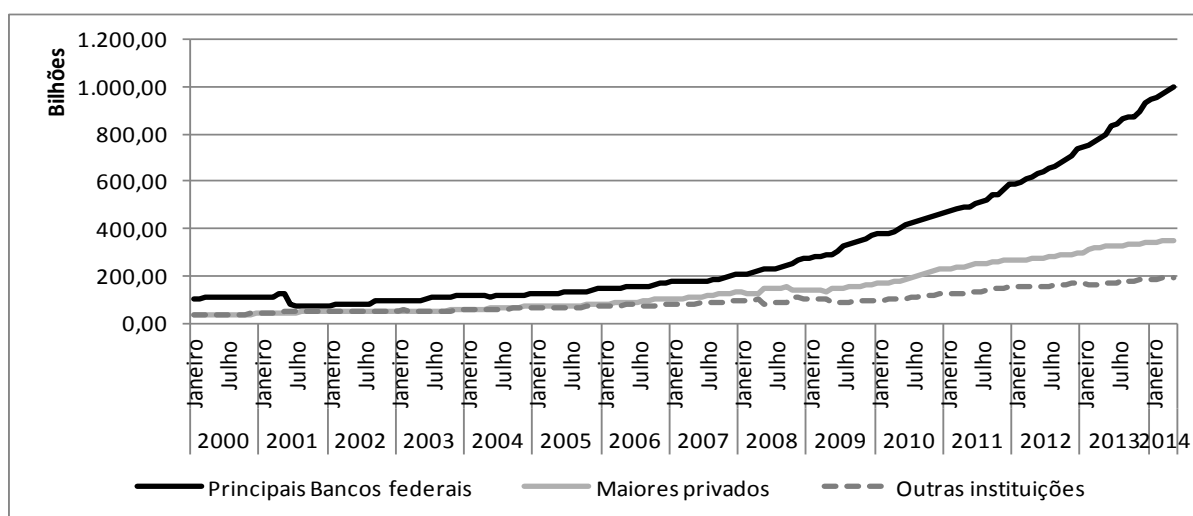
Fonte: Banco Central do Brasil, 2014(elaboração própria).

De maneira geral, observou-se que o início do período analisado, Janeiro de 2000, há uma desconcentração do volume das operações de crédito com destinação definida entre as instituições. Essa desconcentração foi observada em várias modalidades de financiamento, e durou até meados de 2001, quando se observa uma nova tendência à concentração. Além disso, o período que de meados de 2010 também apresentou uma desconcentração nos créditos para infraestrutura, apresentando-se de maneira mais tímida nos financiamentos imobiliários. Quanto ao número de instituições que apresentavam este tipo de operação, observou-se uma tendência de queda em seu número que durou o período observado inteiro.

### **Distribuição dos financiamentos entre instituições**

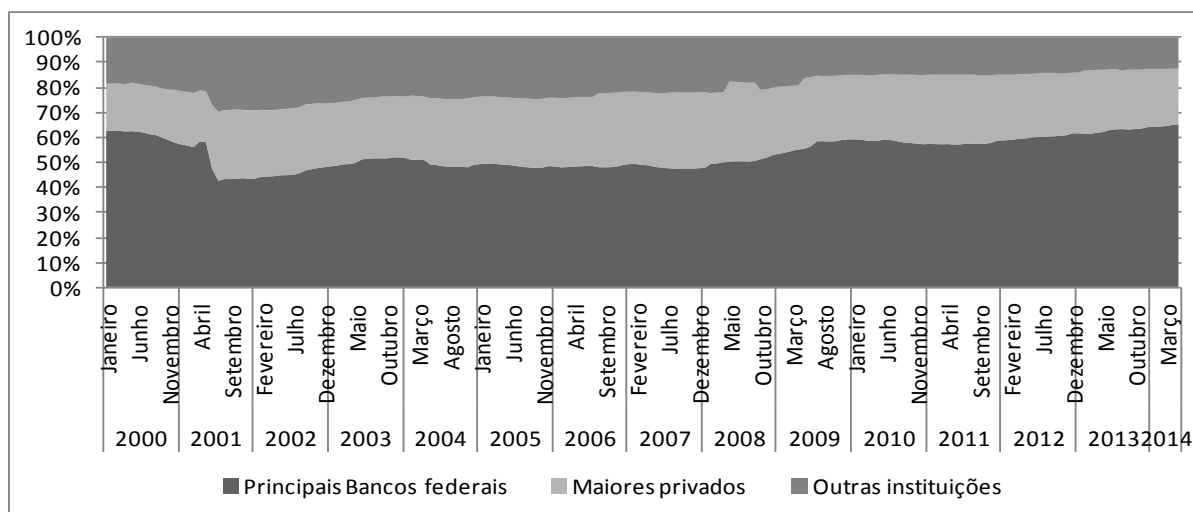
Após uma análise mais superficial da concentração parece adequado qualificar um pouco o debate. Uma questão importante diz respeito às características das principais instituições fornecedoras de financiamentos. Para realizar tal esforço, dividiu-se as firmas bancárias em três grupos. O primeiro diz respeito aos quatro principais bancos federais – Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. Outro grupo reuniu os principais seis maiores bancos privados - ABN, Bradesco, HSBC, Itaú, Santander, Unibanco. O volume de recurso do restante das instituições foi separada no último grupo. O gráfico 9 mostra a trajetória do volume de crédito dos três grupos de bancos analisados e o seguinte o percentual de cada tipo de instituição em relação ao total.

Gráfico 9 – Volume de financiamentos dos bancos (2000 – 2014)<sup>4</sup>



Fonte: Banco Central do Brasil, 2014 (elaboração própria).

Gráfico 10 – Percentual de financiamento de grupos de bancos (2000 – 2014)



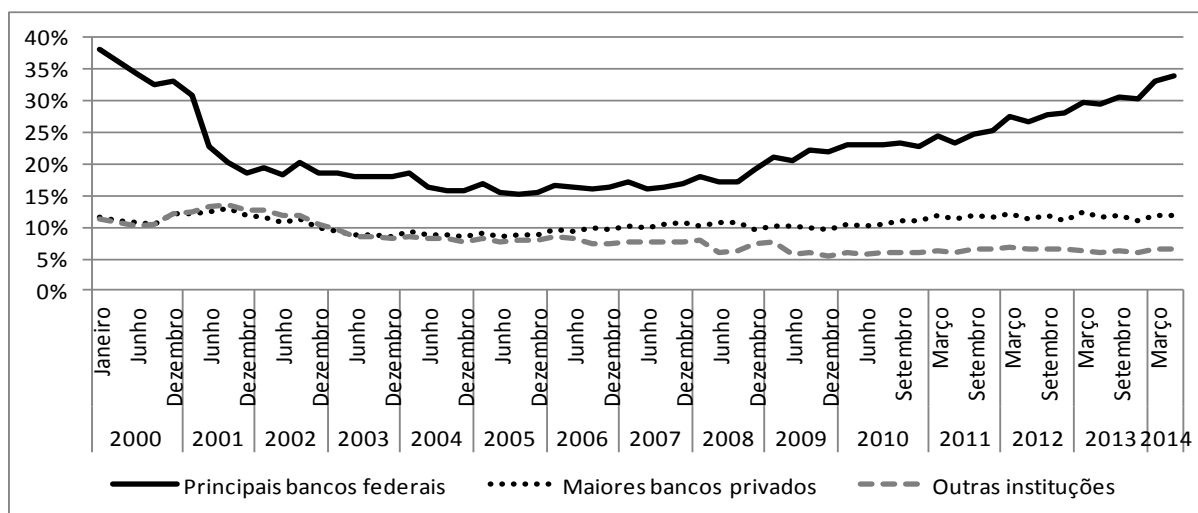
Fonte: Banco Central do Brasil, 2014 (elaboração própria).

Observando os dois gráficos conjuntamente, é possível observar que o período inicial de desconcentração que aconteceu entre Janeiro de 2000 e meados de 2001, coincide com a diminuição do percentual de financiamentos identificados nos principais bancos federais. Além disso, a partir de 2008, o volume concedido pelo grupo de instituições públicas passa a elevar-se novamente. Esse segundo período também é identificado com uma desconcentração e posterior trajetória de aumento

<sup>4</sup> A partir de Janeiro de 2009, com a fusão entre Itaú e Unibanco, o grupo das maiores instituições privadas passa a ser de apenas 5.

do coeficiente de Gini. Nesse caso, mesmo havendo o crescimento desta modalidade de operação de crédito para os três segmentos, a expansão mais acelerada do volume das estatais. Para deixar mais clara a análise da estratégia de oferta de financiamentos entre os grupos de bancos, é possível analisar seu nível em relação à renda<sup>5</sup>. O gráfico 11 mostra essa observação.

Gráfico 11 – Percentual do volume de financiamentos dos grupos de bancos em relação ao PIB (2000-2014)



Fonte: Banco Central do Brasil e Ipeadata, 2014 (elaboração própria).

Quanto as maiores instituições privadas, o volume de financiamentos em seus balanços em comparação com a renda observa uma ampliação de 11,64% no início do período até 12,89% em Setembro de 2001. Depois disso acontece uma retração até 8,57% em Dezembro de 2002. O indicador volta a se ampliar, chegando a 10,25% em Março de 2007. Desde então, passou a oscilar entre esse valor e o pico de 12,39% em Março de 2013, chegando a 2014 em 11,80%. Comparada com

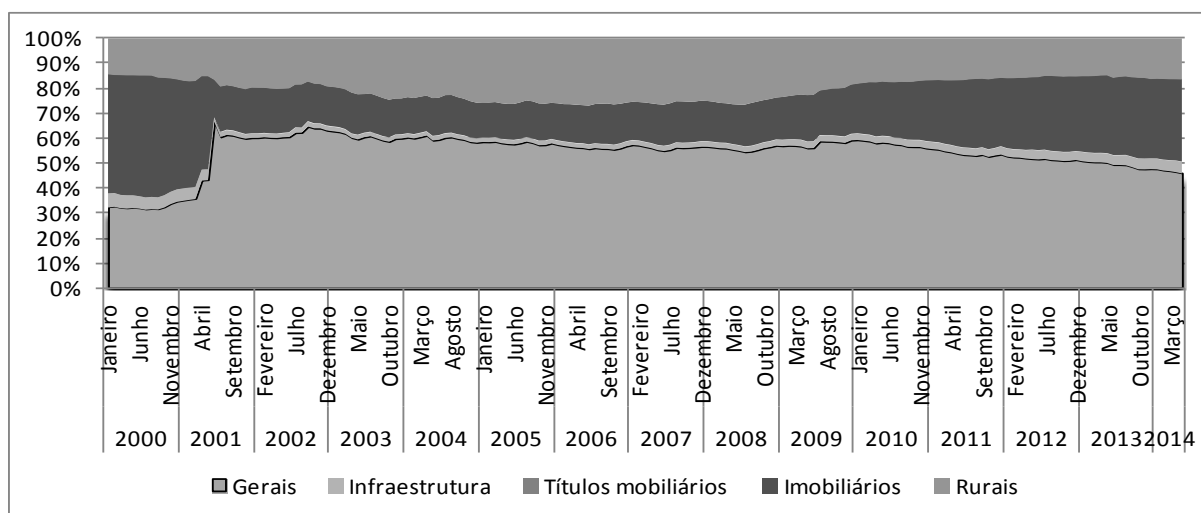
A mesma comparação em relação aos maiores bancos federais aponta que o percentual do volume das instituições públicas diminui inicialmente. O valor que era de 38,23% no primeiro trimestre de 2000 passou para 22,90% em Junho de 2001, alcançando 18,57% em Dezembro. A partir de então o índice passa a oscilar levemente, entre esse valor e 15,57%, até Setembro de 2008, quando passa a ampliar-se de maneira consistente até o volume do primeiro trimestre de 2014, em

<sup>5</sup> Utilizou-se como renda o PIB a preços de mercado inflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Esse procedimento foi necessário porque os valores obtidos nos balanços dos bancos não estavam corrigidos de acordo com a inflação.



34,00%. Para tentar identificar se a origem da concentração realmente diz respeito às estatais de destaque, pode-se analisar a distribuição de seus financiamentos ao longo do período. O gráfico 12 mostra essa trajetória.

Gráfico 12 – Distribuição das modalidades de financiamento das quatro maiores instituições federais



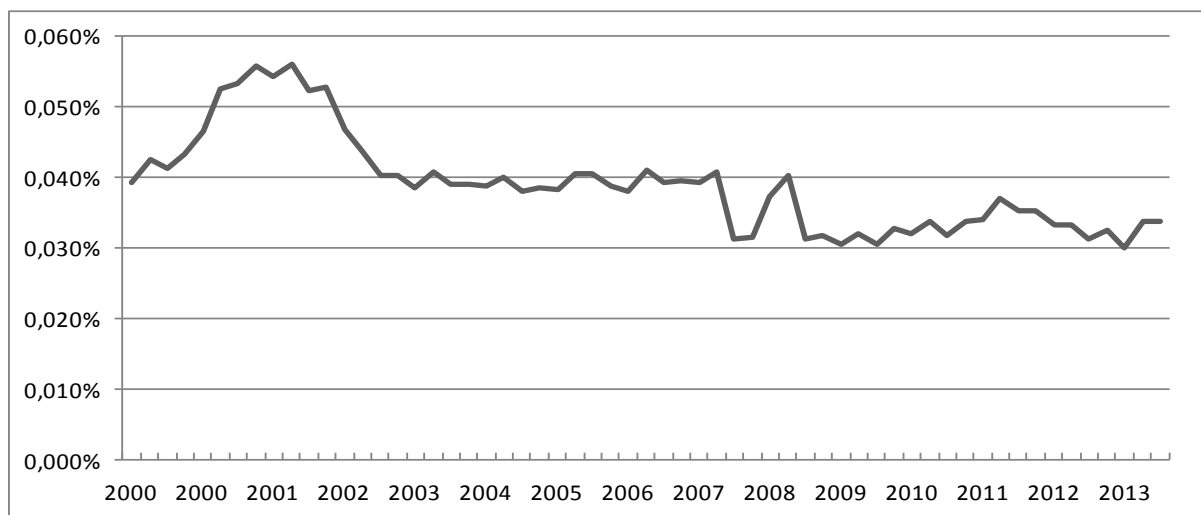
Fonte: Banco Central do Brasil, 2014 (elaboração própria).

No período inicial, há uma retração sensível das operações para crédito imobiliário e infraestrutura. No caso da infraestrutura, o valor caiu de 5,54% em Janeiro de 2000 para 1,51% em Junho de 2001. Passa posteriormente a oscilar chegando a Janeiro de 2008 em 2,16%. O índice se eleva gradativamente chegando em Maio de 2014 em 4,63% do volume total. Quanto ao crédito imobiliário, representava 47,05% dos recursos no início da amostra, chegando a Junho de 2001 em 15,02%. A partir de Janeiro de 2009, quando aponta 16,91%, passa a se elevar até o patamar de 25,34% em Maio de 2014. Os gráficos 4 e 6, ao mostrarem as trajetórias das duas modalidades de financiamento, apontam uma elevação da concentração nos mesmos períodos em que ocorre a ampliação do crédito desses tipos. Trata-se de uma indicação de que a postura das instituições federais identificada é equivalente à taxa de concentração.

O grupo das demais instituições apresenta uma trajetória inicial parecida com a das instituições privadas maiores. Seu volume de operações com destinação definida era equivalente a 11,40% do PIB no primeiro trimestre de 2000, ampliando-se para 13,65 em Setembro de 2001, ou seja, acima do nível observado pelo grupo de bancos maiores. Após esse período, há uma contração no indicador, que chega a

6,09% em Junho de 2008. A partir de então o percentual passa a oscilar, com um valor mínimo de 5,55% em Dezembro de 2009 e o ápice de 6,86% em Março de 2012. O primeiro trimestre de 2014 marcou 6,45%. A diminuição do número de instituições se deu, principalmente nesse grupo. O gráfico 13 mostra o volume de médio de financiamentos deste grupo em proporção à renda.

Gráfico 13 – Volume médio de financiamentos de outras instituições como percentual do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil e Ipeadata, 2014 (elaboração própria).

A partir do gráfico 13 observar-se que o início do período é marcado por um aumento no volume médio dos financiamentos por parte das instituições menores, que sai de 0,039% no início de 2000 para 0,056% no primeiro trimestre de 2002. Depois há um novo recuo para o patamar anterior, quando o indicador passa a oscilar próximo a esse valor. A partir do segundo trimestre de 2008, há uma queda ainda maior, quando a média passa a variar levemente um pouco acima da margem de 0,030%. Ou seja, as instituições menores passam, em média, a apresentar volumes de financiamentos quase um quarto menor que o início do período analisado. Diminuíram portanto, tanto em quantidade quanto em tamanho médio em relação ao PIB.

## Conclusões

O artigo buscou analisar a concentração das operações de financiamento entre as instituições bancárias brasileiras entre Janeiro de 2000 e Maio de 2014. Esse

período é marcado pelo fim dos programas de reestruturação do setor engendrados na segunda metade da década de 1990. A análise bibliográfica inicial permitiu concluir que o objetivo daquelas políticas era concentrar o segmento para dar-lhe estabilidade.

Entendeu-se que o início de 2000 marcara uma época em que a estabilidade do sistema financeiro já havia sido conquistada, podendo-se analisar a trajetória do mercado sem a interferência dos programas públicos. A análise do coeficiente de Gini permitiu inferir que houve uma desconcentração no volume de financiamentos nos primeiros anos, até meados de 2001, uma concentração relativa até 2008 e novamente uma nova trajetória de alta no índice a partir desse período até 2014. Essa trajetória se observou principalmente nos financiamentos para infraestrutura e crédito imobiliário.

A partir dessa análise inicial se tentou identificar os fatores responsáveis por essa concentração. Com esse intuito separou-se as instituições entre as quatro maiores estatais federais, os seis maiores bancos privados e os demais. Observou-se que a atuação das instituições públicas no início do período foi no sentido de diminuir sua influência até o ano de 2001, estabilização no período seguinte e retomada de expansão no volume de financiamentos no após 2008, em comparação com a renda nacional. Além disso, identificou-se que a ampliação nos estoques de crédito foram exatamente nos setores onde as trajetórias foram mais aparentes. Trata-se de uma indicação de que as decisões dessas firmas foi determinante para a trajetória do setor.

O outro grupo analisado foi das maiores instituições privadas. Em comparação com o PIB, a influência destas, apesar de aumentar levemente no início do período analisado, manteve-se relativamente estável durante os outros momentos. Trata-se de uma indicação de que suas decisões foram no sentido de manter-se no mesmo patamar de financiamentos, sem tentar influenciar de maneira consistente o grau de concentração do mercado.

O volume de financiamento do restante dos bancos analisados caracterizou o último grupo. Nesse caso, observou-se um crescimento em sua influência inicial, com aumento do volume médio de financiamentos em relação à renda. Essa variação ocorreu de 2000 até meados de 2001, quando o estoque médio de créditos com

destinação definida dessas instituições passa a diminuir, estabilizando-se por volta de 0,04% do PIB, até meados de 2008. A partir de então essas instituições passam a perder relevância, tanto em seu número quanto em relação à importância de seu volume de crédito.

## REFERÊNCIAS

**ANNIBAL, Clodoaldo Aparecido. 2008.** O poder discriminante das operações de crédito das instituições financeiras brasileiras. *Banco Central do Brasil*. [Online] Julho de 2008. [Citado em: 5 de Setembro de 2014.] <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps167.pdf>. ISSN 1519-1028.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2014.** Balancetes. *Banco Central do Brasil*. [Online] Maio de 2014. [Citado em: 1 de Agosto de 2014.] <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/balancetes.asp>.

—. **1987.** Circular nº 1.273/87 - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro. *Banco Central do Brasil*. [Online] 1987. [Citado em: 1 de Setembro de 2014.] [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ\\_1273\\_v1\\_o.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_o.pdf).

**BELAISCH, Agnès. 2003.** Do brazilian banks compete? *Federação Brasileira de Bancos*. [Online] Maio de 2003. [Citado em: 1 de Setembro de 2014.] [http://www.febraban.org.br/arquivo/Destaques/Paper\\_Belaish\\_Concorr%Eancia.pdf](http://www.febraban.org.br/arquivo/Destaques/Paper_Belaish_Concorr%Eancia.pdf).

**CAMARGO, Patrícia Olga. 2009.** *A evolução recente do sistema bancário brasileiro*. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009. ISBN 978-85-7983-039-6.

**CARVALHO, Carlos Eduardo e OLIVEIRA, Guiliano. 2002.** Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. *Nova Economia*. 12, 2002, Vol. 1, pp. 69-84.

**CORAZZA, Gentil. 2001.** Crise e reestruturação bancária no Brasil. *Revista Análise*. 2, 2001, Vol. 12, pp. 21-42.

**FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. 2012.** Setor bancário em números, tendências tecnológicas e a agenda atual. *FEBRABAN*. [Online] 19 de Setembro de 2012. [Citado em: 1 de Agosto de 2014.] <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Ciab12-Anuario%20Febraban%2006.07.pdf>.

**FREITAS, Maria Cristina. 2011.** A internacionalização do sistema bancário brasileiro. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. [Online] Janeiro de 2011. [Citado em: 29 de Agosto de 2014.] [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1337/1/TD\\_1566.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1337/1/TD_1566.pdf). ISSN 1415-4765.

**GUIMARÃES, André Luiz. 2008.** Avaliando a classificação de risco de crédito em operações indiretas com garantia de fundo de aval. *Revista do BNDES*. 2008, Vol. 15, 30, pp. 39-61.

**IPEADATA.** PIB a preços de mercado. *Ipeadata*. [Online] [Citado em: 1 de Agosto de 2014.] <http://ipeadata.gov.br/>.

**MODENESI, André. 2007.** Teoria da Intermediação Financeira, o Modelo ECD e sua Aplicação aos Bancos: uma Resenha. [A. do livro] Luiz Fernando PAULA e José Luis OREIRO. *Sistema financeiro: Uma análise do setor bancário no Brasil*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2007.

**PUGA, Fernando Pimentel. 1999.** Sistema financeiro brasileiro: Reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. *Banco de Desenvolvimento Econômico e Social*. [Online] 1999. [Citado em: 29 de Agosto de 2014.] [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_12.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_12.pdf).

**ROCHA, Fernando Alberto. 2001.** Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2001). *Banco Central do Brasil*. [Online] Novembro de 2001. [Citado em: 29 de Agosto de 2014.] <http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2001nt11concentbancp.pdf>. ISSN 1519-7212.

**SALVIANO JR, Cleofas. 2004.** *Bancos estaduais: Dos problemas crônicos ao PROES*. Brasília : Banco Central do Brasil, 2004.

**SANTANA, Carlos Henrique. 2011.** Liberalização financeira e sistema bancário: possíveis paralelos entre Índia e Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*. 9, 2011, Vol. 6, pp. 43-59.